



CIÊNCIA NO FEMININO: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Emanuely Arco Iris Silva

Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE
emanuely_arcoiris@hotmail.com

Allene Carvalho Lage

Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE
allene Lage@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como vêm se desenhando as relações de gênero no corpo docente da Universidade, tomando como referência a presença da mulher docente nos grupos de pesquisa registrados no CNPq da pós-graduação *stricto sensu* da UFPE. Para tanto, analisamos o número de mulheres e homens docentes líderes de cada grupo. Nesse aspecto, a investigação fundamentou-se em quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências da Saúde. Nossa metodologia esteve pautada em uma pesquisa quantitativa, do tipo exploratória e explicativa. Nessa perspectiva, centramos o nosso estudo no pensamento teórico de Walter Mignolo, Boaventura de Sousa Santos, Londa Schiebinger, Colling e outras/os, no que se refere às questões das relações de gênero e da ciência. Outrossim, pesquisar sobre as relações de gênero na academia é ainda levar em consideração as diferenças socioculturais que hierarquizam os grupos existentes, para que possamos compreender a importância de uma sociedade onde mulheres e homens sejam iguais efetivamente, tanto em direitos, quanto na percepção social de seus papéis e comportamentos.

Palavras-chave: Gênero, Ciência, Universidade.

INTRODUÇÃO

A segunda onda do movimento feminista buscou questionar os valores sociais que justificavam a dominação masculina e a subordinação das mulheres, cujas teorias, na perspectiva de conhecimento da modernidade, assumiam uma posição de suposta neutralidade do sexo nas produções acadêmicas, buscando, a partir desse entendimento, fundamentar a inferiorização das mulheres através de teorias de cunho determinístico naturalista, que tentavam justificar a ausência feminina em certas carreiras ou sua incapacidade para o

desenvolvimento de algumas tarefas como sendo próprias ao sexo, determinadas por aspectos biológicos. Do lado oposto, as feministas defendiam que essas questões determinísticas deveriam ser entendidas sob uma perspectiva de gênero, colocando o debate da desigualdade entre os sexos como uma construção social, e não apenas biológica. Em face dessa discussão, Colling (2004) salienta:

Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. (p. 29).



Nessa perspectiva, o que se pretendeu através dos estudos feministas foi colocar a mulher como sujeito de análise, possibilitando uma visibilidade das principais questões que levam à sua subordinação, trazendo para o debate estudos sobre a mulher na educação, a mulher e a política, a mulher e a maternidade e muitos outros.

Em face disso, a nossa pesquisa pretendeu oferecer reflexões sobre a seguinte questão: De que maneira vem se desenhando as relações de gênero no corpo docente da UFPE, tendo por referência a presença das mulheres docentes, em grupos de pesquisa?

Um olhar sobre a ciência

A modernidade se caracterizou por uma ruptura com tradições anteriores, inaugurando a partir disto o paradigma subjetivista, tendo o sujeito pensante como o centro, na qual o conceito de verdade estaria nas mãos dos homens. Neste período a ciência adquiriu um poder de explicar o mundo, assumindo um caráter de sinônimo de verdade, o que atualmente parece ser aceito de forma natural.

Deste modo, podemos identificar que, o que ocorreu com a ciência, foi a imposição de um conhecimento sob um ideal universalizante, que está expresso na tentativa de infundir nas outras formas de conhecer e compreender o mundo alheio a estas, subalternizando outras formas locais de percebê-lo (LAGE, 2008 p.

196). Nessa perspectiva, as promessas da modernidade e da ciência não se cumpriram, apesar de considerarmos que o advento da ciência trouxe grandes avanços para o desenvolvimento do conhecimento no mundo moderno. O que assistimos é uma forte relação da produção do conhecimento e o poder, que segundo Lage tem provocado um verdadeiro holocausto:

A simbiótica relação entre poder e conhecimento tem se traduzido num verdadeiro holocausto, protagonizado pela ciência, sobre todas as outras formas de conhecimento. Dentro desta perspectiva inscreve-se a idéia da competição epistemológica. Uma competição predatória, onde o ocidente civilizado canibaliza culturas e conhecimentos numa acirrada e desigual disputa por espaços e poder. Assim, a imposição desta supremacia tem limitado as possibilidades cognitivas do mundo, na medida em que se constrói como universalidade uma única forma de conhecimento [...] (LAGE, 2008, p. 198).

Nesse panorama, também no século XIX surge, em consequência da modernidade, as ciências sociais. Esta emerge num contexto de expansão da industrialização e da crescente urbanização, necessitando de novas formas de pensar a sociedade. No entanto, as ciências sociais tendiam a assumir características da ciência natural, pois segundo Santos (2009) a vertente dominante científica tendia a aplicar aos estudos da sociedade os princípios epistemológicos e metodológicos dos estudos da natureza, e nesse aspecto, fez-se necessário a reivindicação de metodologias próprias às ciências sociais, com base na especificidade do



ser humano e sua distinção em relação a natureza (SANTOS, 2009 p. 33-34).

Na perspectiva dos estudos pós-coloniais, Walter Mignolo (2003) diz que a racionalidade negada a outras formas de conhecimento parte da ideia de que hoje existe uma forma de colonialidade entre os poderes e os saberes. Para este autor a descolonização já não é um processo de libertação das colônias, com vista a formação de Estados independentes, “mas sim o processo de descolonização epistêmica e de socialização do conhecimento” (p. 632). Dessa maneira, e em convergência com Santos (2009), outras formas de conhecimento e de racionalidade devem ser pensadas a fim de criarmos formas e saberes para uma vida decente, buscando uma diversidade epistêmica nesse novo paradigma, onde os saberes subalternizados são valorizados.

Ainda para Mignolo

O poder da modernidade oculta, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber, do ser). A colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o fato de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. [...] A colonialidade (do poder, do conhecimento e do ser) aponta, por outras palavras, para a sempre oculta implicação de negação e repúdio em nome dos valores da modernidade ocidental (valores cristãos, entenda-se de base católica e protestante: a fé, a ciência, a liberdade, a democracia, a justiça, os direitos humanos, etc.) (MIGNOLO, 2003, p. 634).

Em face disto, a modernidade pressupõe a colonialidade. Só existe a modernidade se

comparada a colonialidade, ao atraso, como se esta fosse necessária àquela para se sustentar e aparecer como a única realidade existente, credível. Assim como aponta Santos (2000) e Mignolo (2003) o conceito de ciência na modernidade é totalitário, e esta ainda pode ser tanto regulatória como emancipatória. Regulatória, pois tem servido como padrões para avaliar todas as formas de conhecimento que não se enquadram nos limites da “supremacia epistêmica”. A nosso ver é emancipatória quando vistas por paradigmas emergentes.

O que se quer abordar é que não pode haver apenas uma direção, mesmo que esta seja considerada boa. O que não significa dizer que apenas o olhar da colonialidade seja mais viável, mas que possa haver várias direções, pois uma única direção levaria ao totalitarismo. Nas palavras de Mignolo “o problema é que não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso” (MIGNOLO, 2003 p. 642).

Crítica Feminista da Ciência

A crítica feminista da ciência vem no sentido de superar formas excludentes do mundo moderno, questionando a noção de neutralidade e objetividade na produção de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

conhecimento, refletindo sobre o conhecimento como um campo marcado por valores e perspectiva masculina, funcionando como um veículo que buscou, por muito tempo, justificar e sustentar a dominação masculina. No campo das ciências naturais, por exemplo, pesquisas buscaram justificar a dominação masculina por questões referentes ao sexo, tentando comprovar que mulheres são, por natureza, menos inteligentes, mais frágeis ou não demonstram habilidades no campo da matemática. Tais questões podem estar justificadas pela ausência histórica das mulheres na ciência, pois, por muitos séculos, a ciência foi vista como uma atividade exclusivamente masculina, atribuindo às mulheres apenas papéis secundários.

A crítica feminista da ciência, que se intensificou apenas por volta da década de 1960, buscou romper com a ciência androcêntrica, na qual possui metodologias orientadas pela experiência masculina. Entretanto, com isso, não se quer dizer que devemos construir agora uma ciência apenas feminina, mas que essa crítica buscou trazer contribuições para se pensar as desigualdades em torno das ciências. Para Mignolo (2003), é possível considerarmos três dimensões que a crítica feminista aponta. A primeira está ligada à visão da ciência moderna, na qual foi e é uma construção epistêmica a partir de uma perspectiva masculina; outra questão

fundamental para refletirmos é que, ao considerarmos a visão masculina de ciência, tornam-se invisíveis outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão do mundo. Por fim, a crítica feminista da ciência serviu para desalojar o mito de que a ciência estaria “purificada e vacinada contra a infecção sexual e da diversidade” (MIGNOLO, 2003, p. 649).

Diante disso, a contribuição da crítica feminista trouxe novas possibilidades para pensar a produção de conhecimento em um campo hierarquizante que é a ciência. Nesse sentido, conforme Lage (2008) apresenta, os estudos feministas

Impulsionam o surgimento de espaços para questionar e desconstruir identidades subalternizadas, que sempre foram utilizadas para justificar ausências dentro do mundo científico, pondo fim aos silenciados questionamentos sobre os rumos da ciência e dos seus projetos, interesses e compromissos. Dentro desta perspectiva, fica claro que o caminho trilhado pela ciência tem sido marcadamente sexista, pois a generalização da raça humana, enquanto uma categoria masculina assume uma universalidade que não representa nem no mínimo, a metade da humanidade (p. 203).

Ademais disso, se levarmos em consideração que a ciência tem como referência não apenas uma visão masculina, mas também branca e eurocêntrica, fica ainda mais evidente o caráter excludente da mesma, que segrega outros tipos de conhecimento que não se enquadram no padrão determinado.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A crítica feminista, sobretudo, contribuiu para a reflexão da ciência na sua perspectiva binária, pois foi sempre essa perspectiva que buscou justificar desigualdades em sociedades divididas entre dominantes e subalternos. Nessa direção, a ciência serve como uma expressão de sua ideologia que, por sua vez, representa a maneira de pensar necessária à preservação da hegemonia de um grupo. Conforme esse entendimento, Jaggar (1997) considera que o conhecimento separa mente/corpo, razão/emoção, desse modo a emoção e o corpo são considerados prejudiciais ao conhecimento. Segundo esse autor, com o desenvolvimento da ciência moderna:

As esferas da natureza e dos valores foram separadas: a primeira foi despojada de qualquer valor e reconceitualizada como um mecanismo inanimado sem mérito intrínseco. Os valores foram deslocados para os seres humanos e enraizados em suas preferências e respostas emocionais. A separação entre fatos supostamente naturais e os valores humanos significava que a razão, a fim de poder fornecer um entendimento fidedigno da realidade, deverá ser abstraída desses valores para não ser por eles contaminada (p. 158).

A crítica feminista questiona a neutralidade na ciência, considerando que o/a pesquisador/a não vai ao campo de pesquisa sem seus valores e sua moral pré-estabelecida. Na perspectiva de Jaggar, o pensamento feminista contribuiu para acabar com o mito da investigação imparcial, pois, como a razão tem sido associada a grupos dominantes, esse mito serviria para reproduzir suas autoridades

epistêmicas, visto que “o ideal do investigador imparcial é, portanto, um mito classista, racista e, sobretudo, masculinista” (JAGGAR, 1997, p. 172).

Para Londa Schiebinger (2001), o feminismo trouxe grandes avanços para a ciência, pois tempos atrás era impossível imaginar que as mulheres pudessem ocupar cargos convencionados masculinos como o de cientista-chefe da NASA, ou não se esperava que uma importante revista norte-americana, como a *Science*, debateria em um artigo se existe um “estilo feminino” na ciência.

Em face dessas discussões, Lage (2008) defende que a superação da condição histórica de subalternização de grupos exige uma ciência militante que faça do ato de produzir conhecimentos um ato político e socialmente responsável e o compromisso com a transformação social. Para esse fim, segundo a autora, a militância científica exige competência e paixão.

Competência para produzir conhecimentos de alta qualidade, com profundidade e embasamento teórico e prático. Paixão pelo esforço intelectual exigido para a transgressão das amarras da colonialidade do saber, que impõe limite para o avanço das reflexões pós-coloniais que desmascaram a farsa da universalidade do saber e da subalternidade dos outros conhecimentos. Nessa direção, a militância dentro da ciência colonial tem inúmeros desafios a ultrapassar, que vão desde o questionamento de sua credibilidade até a quebra do silenciamento de seu compromisso social e ético. Por isto faz-se necessário atingir sua hegemonia, vulnerabilizando-a (LAGE, 2008, p. 211).



Sendo assim, as discussões feministas em torno da ciência inaugura uma perspectiva crítica que busca superar a ideia de ciência universal e de uma ciência totalitária, que historicamente excluiu grupos sociais do mundo da ciência, considerando esses como incapazes de produzir conhecimento. Nessa direção, a concepção feminista de conhecimento constitui um passo importante para a superação da ciência androcêntrica e para a criação de novas formas de perceber o mundo e de romper os silenciamentos. Devemos considerar que, ao romper com formas tradicionais de construção de conhecimento, a criação de outras epistemologias, como a feminista, permitiu também uma reflexão maior sobre outros grupos subordinados que estavam inferiorizados pelo discurso da modernidade, como grupos étnicos raciais e geograficamente diferentes.

Metodologia

Diante do objetivo a que nos propusemos pesquisar, nossa metodologia esteve pautada em uma pesquisa quantitativa. Segundo Bernadete Gatti (2004), citando Falcão e Régnier (2000, p. 232),

[...] a análise de dados quantitativos constitui-se em um trabalho que propicia que “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. [...] “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos,

técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho” (GATTI, 2004 apud FALCÃO RÉGNIER, 2004, p. 14).

Os sujeitos da nossa pesquisa foram as/os docentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através dos registros dos grupos de pesquisa no CNPq, para buscar analisar a trajetória das mulheres enquanto docentes dentro desses grupos. Tomando como referência os líderes. Nesse sentido, o trabalho de coleta de dados foi realizado a partir das seguintes fontes de informação:

- Os arquivos históricos da Progepe e da Propesq;
- Sítio do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Utilizamos na técnica de coleta de dados a pesquisa documental.

Representação de Gênero nos Grupos de Pesquisa da UFPE Registrados no CNPq

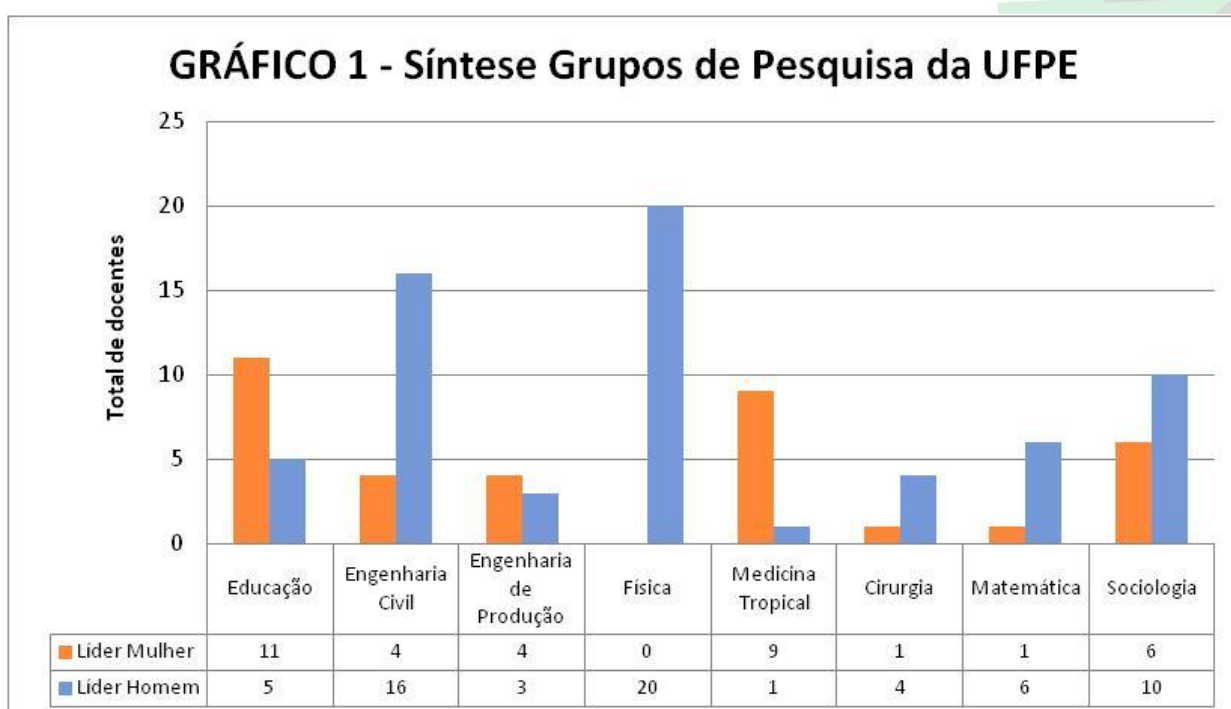
A nossa pesquisa traçou o número de grupos de pesquisas das/os docentes dos Programas de Pos-Graduação da UFPE registrados no CNPq, identificando o percentual de líderes mulheres e homens. Desse modo, analisamos os grupos de pesquisa, tomando como referências oito programas de pós-graduação. Assim, refletir sobre o quantitativo de líderes nos grupos de pesquisa nos possibilita compreender ainda



mais as relações de gênero presentes na universidade. Esta escolha se deu por entendermos que são os líderes que escolhem seus pesquisadores, bem como concebe as concepções trazidas para o grupo e possuem maior visibilidade. O Gráfico 1 sinaliza o levantamento geral realizado a partir dos grupos de pesquisa selecionados.

concessão de financiamento para pesquisas ainda assume um caráter hierarquizante e que este muda de acordo com a área de conhecimento.

Ao analisarmos os grupos de pesquisa em cada área, observamos que a presença masculina como líder de pesquisa é maior nos programas de maior prestígio na universidade.



Diante disto, investigamos um total de 101 grupos de pesquisa, a partir dos Programas de Pós-Graduação em Educação; Pós-Graduação em Sociologia; Pós-Graduação em Engenharia Civil; Pós-Graduação em Engenharia da Produção; Pós-Graduação em Cirurgia; Pós-Graduação em Medicina Tropical; Pós-Graduação em Matemática; e Pós-Graduação em Física. Desses, apenas 35 tinham como líder uma mulher, o que nos leva a compreender que a

No que se refere ao levantamento realizado nos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, observamos que dos 20 grupos de pesquisa registrados no CNPq, apenas 4 grupos tinham como líder uma mulher, ou seja, apenas 20%. Entretanto, o mesmo não é observado nos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Neste, as mulheres estavam na liderança de 57% dos grupos. Dos 7 grupos de pesquisa registrados no CNPq, 4



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são liderados por mulheres e 3 são liderados por homens, o que pressupõem que este caminha para uma maior igualdade nas pesquisas. Todavia, também observamos que os grupos liderados por mulheres eram aqueles ligados à preservação de domínio da prática, como por exemplo, o Grupo de Saneamento Ambiental e o Grupo de Gestão e Negociação de Recursos Hídricos.

Já os resultados obtidos a partir da análise dos grupos de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Física e do Programa de Pós-Graduação em Matemática, diferentemente do observado no Programa de Engenharia de Produção, fica claro que os programas, além de ter uma presença maior de homens docentes, as lideranças dos grupos de pesquisa também estão a cargo dos mesmos.

Nessa perspectiva, nos grupos de pesquisa registrados no CNPq do Programa de Pós-Graduação em Física, dos 20 grupos pesquisados, nenhum tem como líder uma mulher.

Dos 7 grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Matemática, apenas 1 é liderado por mulher, o que em termos percentual representa apenas 14% do total.

No tocante aos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Cirurgia, observamos que este, assim como analisado

de modo geral na docência da graduação e do Programa de Pós-Graduação, possui um percentual maior de homens líderes em grupos de pesquisa. Dos 5 grupos de pesquisas registrados no CNPq, apenas 1 tem como liderança uma mulher.

No entanto, os grupos de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical são liderados, em sua maioria, por mulheres, pois 90% dos grupos de pesquisa têm como líder uma mulher; dos 10 grupos de pesquisa, 9 são liderados por mulheres.

Por fim, buscamos analisar os dados que expressavam o quantitativo de grupos liderados por mulheres e por homens nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Sociologia. Nessa direção, identificamos, que, apesar de a educação historicamente ter sido convencionada como uma área de atuação feminina, percebemos que em níveis mais elevados de atuação docente há também uma presença considerável de homens, se compararmos com a Educação infantil e a Educação Fundamental, por exemplo.

Ao analisarmos do o gráfico, concluímos que 69% das mulheres são líderes de grupos de pesquisa vinculados ao CNPq no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Nesse sentido, dos 16 grupos, 11 são liderados por mulheres e 5 são liderados por homens.



Entretanto, nos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia acontece o contrário do observado no Programa de Educação, pois apenas 37% tem como líder uma mulher, o que em número representa 6 dos 10 grupos registrados no CNPq.

Considerações Finais

Ao analisarmos o número de grupos de pesquisas de docentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPE registrados no CNPq, a partir do apontamento das lideranças, observamos que mais da metade dos grupos de pesquisa são liderados por homens, isso nos revela que as mulheres estão na maioria dos grupos como coadjuvantes ou estão ausentes de determinadas áreas do conhecimento, como no caso dos grupos de pesquisa em Física, no qual não registramos nenhuma mulher como líder.

Nessa perspectiva, nos grupos de pesquisa investigados, as mulheres estão concentradas em áreas específicas, ainda ligadas à prática e ao cuidar, pois as mulheres são maioria nas lideranças dos grupos ligados à Educação e à Medicina Tropical.

Apesar do aumento do acesso das mulheres na docência do ensino superior, em termos proporcionais elas/nós ainda são/somos minoria. A presença feminina tem

sido ainda mais efetiva em áreas convencionadas como “femininas”, como no Centro de Educação. Este fato sugere que as mulheres fazem a sua escolha profissional considerando um conjunto de fatores, que podem estar ligados principalmente a questões culturais internalizadas pela mulher e pelas pessoas que a influenciam sobre o seu lugar social nas diversas áreas de atuação.

Se considerarmos um levantamento total do Centro de Educação esse nos revelará que essa é uma área na UFPE predominantemente feminina, pois nas últimas cinco décadas é possível vermos mais que o dobro de mulheres docentes. Entretanto, apesar de ser uma área predominantemente feminina, também é possível constatar que em alguns departamentos do CE vemos um número considerável, e até mesmo superior, de homens.

Existem nesses Programas formas de segregação hierárquica ou vertical, que exclui as mulheres dos níveis mais elevados da ciência ou da tomada de decisão. Em nossa pesquisa, também nos Programas de Pós-Graduação, ao analisarmos Programas vistos como de maior prestígio na universidade, principalmente por estarem na área das ciências exatas, identificamos cada vez menos a presença feminina, como é o caso dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Cirurgia e Física.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Da mesma forma, também observamos que há um processo de segregação territorial ou horizontal, no qual as mulheres se encontram majoritariamente em poucas áreas, todas tendo como denominador comum aspectos considerados como “femininos”, ligados também à prática, ao cuidado, sendo, portanto, de menor prestígio social. As situações descritas permitem considerar que na UFPE existem áreas do conhecimento “femininas” e áreas “masculinas”.

Assim, os resultados relativos a essa pesquisa demonstram que as relações de gênero em diferentes setores acadêmicas da UFPE não é equitativa. A pesquisa oferece um conjunto de dados e informações no qual se manifestam os processos de segregação do sexo feminino. Esses sugerem que os estereótipos sexuais que dividem as áreas em masculinas e femininas ainda mostram que as mulheres participam muito menos de áreas científicas consideradas de maior prestígio acadêmico, como a área das exatas.

Cabe observar que esse processo de segregação não é explícita. A concentração feminina em determinadas áreas e sua ausência em outras não está sustentada em limitações objetivas, pelo contrário: são argumentos mais subjetivos, como a escolha e da afinidade acadêmica, do gosto e do “jeito” mais para uma área do que para outra. Essa é

uma força tão poderosa, impregnada socialmente, que pode ocorrer processos de auto-exclusão a partir da crença de que a mulher é melhor em determinadas áreas e os homens em outras.

Apesar de, há mais de quarenta anos, as feministas estarem protagonizando o debate na ciência para a superação da crença da inferiorização da mulher, ainda evidenciamos que dentro da universidade há áreas “mais ocupadas pelas mulheres” e áreas “mais ocupadas pelos homens”, e, esse ocupar, significa dizer, preencher os espaços que cabe a cada grupo.

Isso nos mostra que a mudança social em curso, dentro da ciência, é lenta e se alimenta de um grande conservadorismo. Nesse sentido, importa referir que a contribuição das correntes feministas dentro da ciência têm apontado um conjunto de desigualdades entre sexos, áreas, recursos, visibilidade, a ocupação das mulheres em áreas tradicionalmente masculinas é um processo ainda em construção, pois, na maioria dos Programas analisados, percebemos poucos avanços, em termos quantitativos, de uma geração para a outra.

Considerando a especificidade do desenho de gênero na Pós-Graduação da UFPE, é possível afirmar que os resultados dessa investigação é uma amostra dos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

desenhos de outras pós-graduações de outras Universidades Federais, na medida em que a Universidade Federal de Pernambuco se situa entre as dez melhores universidades do país, vista como uma referência, especialmente na Região Nordeste.

Dentro desse cenário, é possível que instituições com características similares à UFPE reproduzam as mesmas relações de gênero. Entretanto, há de se considerar que as universidades públicas preenchem seus quadros docentes por meio de concurso público, o que, a princípio, nos leva a crer que essas desigualdades entre mulheres e homens podem ainda ser mais profundas em outras instituições privadas ou mistas onde não haja oportunidades iguais de acesso, conforme preconizam os editais públicos.

Isto também nos diz que estas desigualdades históricas, nos desenhos da ciência, têm sua origem bem antes da universidade, na formação das meninas e dos meninos, antes da educação superior. O ensino superior reproduz uma guetização que já vem da escola, o que nos leva a refletir sobre quais as estratégias para superar. Nessas etapas, apesar de muitos estudos na área da educação, pressionado pelo diálogo com os movimentos feministas e LGBT, os avanços ainda são bem aquém do que se imagina uma educação que forme cidadãs e cidadãos para uma cultura de equidade de

gênero e sem preconceito em todos os campos sociais.

A nossa pesquisa, apesar da quantidade de informações trabalhadas, das informações que foram obtidas e as novas compreensões alcançadas, aponta que há ainda uma grande possibilidade de novos estudos sobre este tema, que podem surgir a partir do nosso.

Desenvolver esse mesmo estudo em universidades de outras regiões do Brasil pode nos revelar, em termos comparativos, outros desenhos de gênero que nos ajude a compreender a dinâmica das relações de gênero de forma mais ampla. Outra possibilidade de pesquisa poderia ser formulada para compreender as relações de gênero na gestão das universidades ou a evolução do número de estudantes em diversos cursos. Proposições essas que nos mostra a importância de explorarmos ainda mais esse tema.

Sendo assim, após a análise dos dados da nossa investigação, compreendemos que as relações de gênero presentes nos grupos de pesquisa da UFPE, funciona como uma janela pela qual se olha as demais universidades federais do Brasil, é o resultado de arraigados estereótipos sócio-culturais e ideológicos que se manifestam dentro do processo educativo desde os primeiros anos e se aprofundam nas



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

escolhas das carreiras profissionais do ensino superior, resultando em desenhos institucionais dos quadros docentes, com claras clivagens em termos da presença e da liderança científica entre mulheres e homens, quer seja dentro das áreas do conhecimento, dos Programas de Pós-Graduação e dos Grupos de Pesquisa analisados.

REFERÊNCIAS

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STRY, M. N; CABEDA, S. T; PREHN, D. R. (Org.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). **Gênero/corpo/conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LAGE, A. C. Entre hegemonias e subalternidades, discursos e militâncias que apontam para uma ciência pós-colonial: é possível uma ciência mestiça? In: **Revista do Observatório dos Movimentos Sociais**, Caruaru, Ano I, n. 1, Jul./Ago./Set./Out. 2008.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

